

Património: comunicar com o diferente

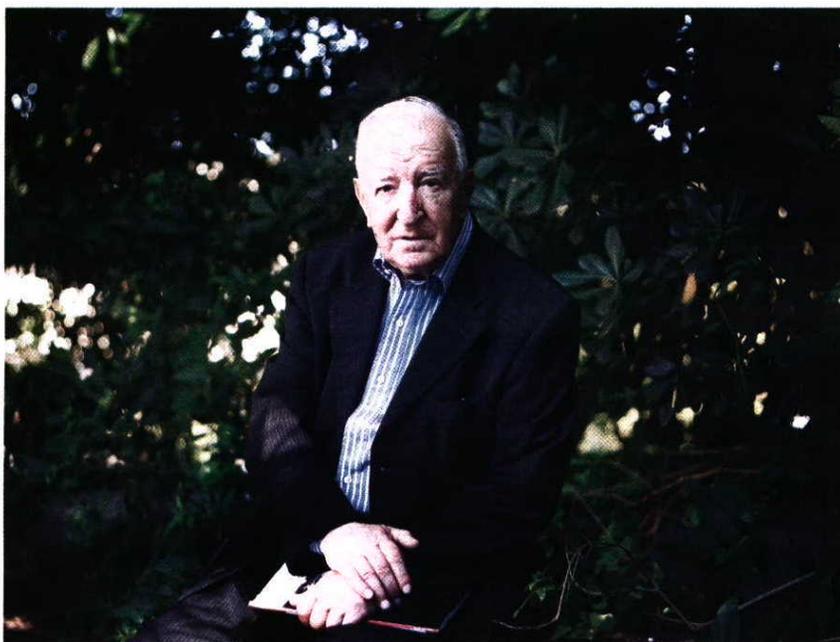
No próximo dia 24, às 18, no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, é lançado o livro *Patrimónios de Influência Portuguesa: Modos de Olhar*, que sintetiza o trabalho que tem vindo a ser feito no projeto e respetivo curso de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*. A organização é de Walter Rossa e de Margarida Calafate Ribeiro e reúne contributos de diversos especialistas e investigadores, com ensaios que propõem uma nova abordagem, plural e dialogante, às manifestações artísticas, arquitetónicas e sociais de expressão portuguesa espalhadas pelo mundo. O JL antecipa um excerto da entrevista que organizadores fizeram a Eduardo Lourenço sobre a questão o património num contexto pós-colonial e, em caixa, apresenta as linhas de força do volume, ouvindo para o efeito Walter Rossa

Eduardo Lourenço

N

2015 é, para Portugal, o ano do aniversário das descolonizações africanas. Nos ensaios deste livro, o conceito de pertença é estudado a partir deste momento fraturante e ainda por pensar que foi as descolonizações. Como repensar o património a partir das independências africanas? O tema é vastíssimo mas, depois da publicação do seu livro *Do colonialismo como Nosso Impensado*, é uma pergunta de que não nos podemos eximir...

Não sei se não teremos de colocar a questão “quem era património de quem?”, uma espécie de questão excêntrica, aparentemente exterior. Nós podemos falar, com alguma autoridade, do que foi esse império como património, porque assim o tivemos, mesmo se só um pouco onírica ou virtualmente. A maneira de o ter deve ter sido muito diferente, para os diversos portugueses. Aqueles para quem o império existiu verdadeiramente como coisa vivida e aqueles para quem não existiu, para quem foi uma inexistência, uma coisa tipo mítica, da qual se sabia se se tivessem o mínimo de consciência do que tinha sido o percurso histórico dos portugueses. Claro que a certa altura o império aparece-nos, porque este país pequeno não estava destinado, em princípio, a ser um império, fosse do que fosse, dadas as suas dimensões, a sua situação na Europa e no quadro da Península Ibérica. O império foi uma espécie de surpresa contínua, em princípio, a ser um império, fosse do que fosse, dadas as suas dimensões, a sua situação na Europa e no quadro da Península Ibérica. O império foi uma espécie de surpresa contínua, para nós próprios algo de ordem mítica, que já se tinha mitificado antes que houvesse alguma mitologia consistente interna. E essa dimensão expressou-se na chegada ao Oriente, sem dúvida nenhuma. No quadro europeu, esta



Eduardo Lourenço “Nós não temos é um olhar do outro, que descreva o que é que nós representámos para eles”

apresentação à Europa foi feita com a embaixada a Roma (1514). Roma era o centro do mundo ocidental e isso não passou despercebido. Passamos a ser gente porque “Roma ainda é Roma”, embora estivéssemos nas vésperas de entrar num período que iria modificar toda a relação que o próprio Vaticano, o catolicismo, tinha consigo próprio. A verdade é que, no tempo, a embaixada a Roma foi um passo importante e essa era a primeira grande revolução interna, numa Europa, até então, organicamente cristã. É assim que o nosso estatuto se percebe e é apreendido na Europa.

Falamos assim de Património, que primeiro é conhecimento e depois o gozo do diferente. O diferente com o qual nós comunicamos desde cedo e isso, provavelmente, é o maior património, um património que nós não conquistamos — no sentido próprio do termo — mas que se produziu do con-

tacto de nós com povos que conhecemos, uns com presença guerreira — o caso do Albuquerque na Índia — mas também com uma certa naturalidade, de povos diferentes que se encontram e que encontram maneira de ficarem aí vários séculos uns com os outros, e onde deixámos as nossas marcas, pela mistura que proporcionaram. A avaliação dessas marcas incumbe a quem viveu ou sofreu essa presença, a diversos níveis. Quanto à nossa, é toda a nossa literatura. Entre as coisas mais extraordinárias temos a historiografia, mas a nossa historiografia, em geral, tem um certo handicap, ainda tem os reflexos de estar sempre a descrever uma epopeia, sempre no centro das coisas. Nós não temos é um olhar do outro, que descreva o que é que nós representámos para eles. Deve haver várias versões disso... e deve haver uma literatura nesse capítulo incomparável, pela sua precocidade,

“

O império foi uma espécie de surpresa contínua, para nós próprios algo de ordem mítica, que já se tinha mitificado antes que houvesse alguma mitologia consistente interna. E essa dimensão expressou-se na chegada ao Oriente

pela novidade, pelo insólito desse contacto, que não foi só superficial, mas foi profundo.

Por exemplo, em relação à China, a quantidade de livros nossos, da época, que há sobre a China é uma coisa que para os chineses — e cada vez mais — não são livros mortos, não são relatos mortos, são o passado que eles vão rereer outra vez, para se conhecerem a eles próprios e para conhecerem aquela gente com quem eles entraram em contacto. É muito curioso porque, de há uns anos para cá, essa coisa que aqui em Portugal deixou de ter visibilidade — há muito tempo, se é que alguma vez a teve, à altura do que está em causa — mas que Michel Chandeigne, editor francês que é financiado pela Fundação Gulbenkian, tem vindo a produzir e a publicar em edições estupidas em francês sobre o Japão, a China, o Oriente. Uma quantidade de livros absolutamente fantásticos e nenhum povo, naquele momento, tem nada parecido. O único que poderia ter alguma coisa parecida era a Holanda, que seguiu os traços de Portugal, mas representando já outro momento, o momento das “duas Europas”. Foram, aliás, os nossos inimigos; não teriam sido tanto se não tivessem sido inimigos de Espanha, por um lado, e ao mesmo tempo nós, inimigos deles, por causa da Espanha. Eles depois também lá os combateram, porque de um lado são os calvinistas ou luteranos e nós somos os cristãos e pagamos a conta toda de uma vez.

O que é curioso é como uma parte da história europeia se desloca, de repente, para um outro espaço, que é uma coisa que nunca é muito sentida. É mais vista agora do que naquele momento, em que não havia leitura para este movimento, para esta deslocação. Eram acontecimentos importantes e que tinham visibilidade na Europa. Provavelmente um dos mais extraordinários deve ter sido todas as tentativas de conquistar Diu e da defesa dos portugueses de Diu, que foram celebradas, aqui, com grande pompa, quando essas notícias vieram e foram celebradas no centro da cristandade porque, naturalmente, então a Igreja Católica já estava na fase contrarreformista ou de Pós-reforma e estava na defensiva. Começa aí em espaço europeu, mas também extra-europeu, uma espécie de muralha da China, de outro género, e nós, agora, percebemos o que isso pode dizer. A Companhia de Jesus é uma espécie de resposta teológica, religiosa, a uma outra formulação da tradição cristã, e ao mesmo tempo compensada na realidade pela evangelização dum tipo novo. É a novidade da evangelização, desde que é uma evangelização “prática”, muito moderna, que faz dos jesuítas uma ordem cosmopolita. Eles “treinaram-se” primeiro com a Índia, com o Japão e depois, curiosamente,

com a América do Sul, sobretudo no Brasil e nos territórios que pertenciam a Espanha, para compensar a perda de influência na Europa. Portanto, as nossas coisas passaram a ter significados diferentes em função de uma outra história, que já não é uma história só europeia, porque as coisas se passaram noutros espaços. Isto é uma expressão de património diferenciada.

Quando foi da Batalha de Alcácer Quibir, Portugal chorou muitas lágrimas reais, verdadeiras, e realizou as cerimónias do Portugal que era, porque ficou orfão do seu rei. Mas o poema mais extraordinário sobre a morte de D. Sebastião é de um espanhol, Fernando Herrera, que é um belo poema. Nele é evocada uma perda como símbolo da cristandade, não como uma coisa local. De resto, nós não nos podemos queixar da Espanha, inclusive de D. Filipe. D. Filipe avisou claramente D. Sebastião de que ele ia para o desastre e mandou um homem importante acompanhá-lo. E foi de facto uma catástrofe, não só nacional, mas uma catástrofe do mundo católico... O representante máximo do catolicismo, nessa época, era a Espanha e nós estávamos numa frente que, quer quisésemos, quer não, a nossa figura matricial, enquanto pequena nação que nós somos, foi desde a origem a de estado-cruzada. Nascemos de um contexto de reconquista e de cruzada. A missão dos nossos primeiros reis, na luta pela independência, foi fazer recuar os árabes o mais possível, conquistar mais espaço em função de uma ordem política, que tinha consequências no triunfo ou não triunfo de uma religião sobre outra, ou de uma cultura sobre outra. As religiões têm a sua autonomia própria, mas são as formas culturais diferentes que distinguem e condicionam o futuro e a cultura dos países onde esses fenómenos se produzem. Somos cruzados, a última cruzada — a Guerra Colonial, no entendimento do regime de então — foi já sem objeto e sem causa legítima, transcendente. Ainda houve uma tentativa de englobar a defesa do Ocidente na defesa do Império, mas não tivemos eco nenhum, já tinha passado o tempo. Estávamos em plena descolonização, a universalidade das coisas era um fenómeno irrisível e, portanto, a cegueira era nossa, que foi paga cara, muito mais cara do que nós imaginávamos.

Os últimos livros que eu escrevi, como *Do Colonialismo como Nosso Impedimento*, são livros que não sei classificar, são livros que me doem. Não os escrevi com o intuito de os publicar, se não fosse a Margarida Calafate Ribeiro e o Roberto Vecchi, estes livros nunca tinham aparecido à superfície. Eu próprio, quando me deparei com eles, fiquei surpreso, porque eu não teria coragem de os publicar. Aqueles textos doem-me e eu escrevi-os para que isso não acontecesse, mas entretanto as coisas já aconteceram. São textos póstumos a tudo e têm um peso, esse peso do irrevogável. Eu nem me atreveria, nem estarei em condições de imaginar minimamente, só eles, do outro lado. Lerão as mesmas coisas, mas de outra maneira e em função não só do que já passou,

mas do futuro que eles se imaginam para legitimar, virtualmente, pois a insurreição foi criadora de novos países. Paradoxalmente, eu escrevi isso para me convencer a mim próprio de que não perdemos aquilo que já tínhamos perdido. É a mesma atitude que eu tenho em relação ao Brasil. Mas o Brasil é mais fácil, porque nós não podemos perder o Brasil, porque o Brasil não nasceu de uma insurreição contra nós, como os outros países. É uma situação em que, realmente, fomos vencidos, quando pensávamos que tínhamos um tipo de relacionamento que podia ter impedido essa tragédia brutal e caramente paga do nosso lado e pelo outro lado, e ainda em tudo o que está por vir... Pode ser que consigam resolver as coisas, com mais eficácia do que a América Latina fez durante quase duzentos anos... ditadores que sucedem uns aos outros, a permanência da desigualdade e sobretudo o sofrimento para os povos. Neste momento, dos países europeus que colonizaram o mundo, o único país que não está em acusação nítida europeia — embora pudesse estar, tanto como os outros e às vezes até mais do que todos, porque era maior, porque era verdadeiramente imperialista, no sentido forte mas eficaz do termo — é a Inglaterra. Mas a Inglaterra é uma espécie de Estados Unidos do passado, não só porque nunca perdeu nada que fosse verdadeiramente importante para ela, como se retirou dos sítios onde dominou, ficando lá, de outra maneira. É incontestável. O que a Europa fez no mundo — do tipo inglês, e o que nós fizemos, na versão portuguesa — são coisas que deixam uma marca inapagável. O pecado capital da cultura europeia, enquanto tal, moderna, é o facto de que o reino longo se promoveu da escravidão dos povos com os quais a Europa entrou em contacto — os que ela pôde escravizar, não pôde escravizar a Índia, não pôde escravizar a China, mas há outras maneiras de subordinar.

A Inglaterra teve sempre a sabedoria fantástica de não reinar por discursos teóricos e transcendentais e ofensivos das coisas. Antes, pelo contrário, a Inglaterra já andava na altura com um grande fascínio "pelo outro". É um paradoxo dos ingleses, porque eles têm uma identidade tão forte que não pode ser afetada, mas têm o fascínio dos outros. Nós devemos aos ingleses o retrato dos feitos por onde eles andaram e toda uma cultura, que é uma parte da literatura moderna inglesa, que está cheia do fascínio do espírito indiano, das aventuras, de aprofundar o que aquele pensamento elabora. Nós não entramos em contacto com culturas com esse conteúdo, com essa profundidade, a nossa troca com essas culturas foi muito anterior e, na modernidade europeia do século XIX, foi uma troca superficial. Além do mais, nós nunca pudemos conquistar tanto, ficamos sempre na beirinha das coisas, dado que éramos muito poucos. O espanto é como é que tão pouca gente deixou tanta marca e com pouca organização. O segundo colonialismo — que é o verdadeiro e o grande, sobretudo o segundo imperialismo — é muito dife-

Patrimónios comuns

Não é um plural inocente, garante Walter Rossa que, com Margarida Calafate Ribeiro, é o responsável pela edição do volume justamente intitulado *Patrimónios de influência Portuguesa: Modos de Olhar*. "É um plural que garante não só a inclusão de vários tipos de património, do linguístico ao edificado, mas também a sua pluralidade intrínseca", afirma, ao JL, o professor da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais da mesma instituição. Foi aí que surgiu o curso de doutoramento que está na origem do volume que agora se publica, com um somatório de vários estados da questão sobre a temática. Com uma abordagem multidisciplinar, essa formação pós-graduada, dirigida a estudantes de todo o mundo, tem procurado novas formas de estudar áreas científicas tradicionais. A mudança de perspectiva passou, adiante Walter Rossa, por pensar os vários patrimónios de influência portuguesa como "um todo", convocando saberes de várias ciências, da literatura à arquitectura, passando pela história, sociologia ou urbanismo. Com o curso de doutoramento, pretendeu-se alargar essa aproximação metodológica a uma comunidade mais vasta. A publicação deste volume, com o resultado de investigações de professor e alunos, é o primeiro sinal de um caminho cada vez mais consolidado. "Tivemos sempre a ideia de que estávamos a pisar terreno novo, sem paralelo, e a publicação deste livro é uma forma de confrontarmos as nossas conclusões com a opinião dos outros", acrescenta o docente.

Com mais de 500 páginas, o volume abre com uma primeira parte dedicada aos conceitos, com ensaios de Helder Macedo (*Língua, comunidade e conhecimento*), Renata Araujo (*Influência, origem, matriz*), Roberto Vecchi (*Identidade, herança, pertença*), António Sousa Ribeiro (*Memória*), Miguel Bandeira Jerónimo (*Colonialismo moderno e missão civilizadora*) e Francisco Bethencourt (*Colonização e pós-colonialismo: as teias do património*). Na segunda parte, intitulada "Discursos e Percursos", reúnem estudos temáticos, que expressam a variedade dos patrimónios de influência portuguesa. Margarida Calafate Ribeiro escreve sobre literaturas de língua portuguesa, Francisco Noa sobre o poder do discurso e a arte da narração, Sílvio Renato Jorge sobre leitura, citação e tradução, Graça Santos sobre corpo, voz e língua, Maria Fernanda Bicalho

rente do primeiro. O primeiro é ainda quase um subproduto da emigração de um outro género, por razões óbvias — ir procurar vida noutro sítio, mas sem nenhum conteúdo dominante, ideológico, para além do religioso, que se traduzia em "salvar as almas", num prolongamento do espírito cruzadístico. A verdade é que, apesar desta nossa fraqueza, deixámos essas marcas, que são marcas de diferença dos outros — aos olhos dos outros e aos nossos próprios olhos. Os agentes da nossa civilização, em geral, não tinham grande cultura humanística. No fundo, a nossa presença é de dois géneros, uma missionária, que se interessa por questões que dizem respeito às formas de religião diferentes, impondo e defendendo um certo património que é nosso, para quem os ídolos são qualquer coisa que não tem leitura positiva.

Camões, nesse aspeto, é a grande marca. Em primeiro lugar, numa famosa expressão do Fernando Pessoa, Camões "errou para certo". "Errou para certo", porque há ali uma objetividade quase técnica de um objeto que tem uma tal solidez de construção — mesmo se o sujeito é um outro de uma outra época e com outras conotações — que há um fascínio objetivo da qualidade propriamente técnica daquele objeto, como um palácio diferente, que é construído, que tem uma solidez que poucas obras na literatura têm. Em cada linha, tudo está feito de uma maneira que não há réplica, não precisa de ter réplicas, exerce um fascínio estético quase puro. Talvez os outros que este poema também tocou não tenham provavelmente ainda a alma camoniana, mas tem a expressão que lhes faz crer que estão à altura de produzir um "Camões deles", ou

qualquer coisa que se identifique e que tenha a mesma função mítica e simbólica de um poema, como aquele em relação à nossa própria tradição. Mas ter, embora não precisamos, e penso em particular nos angolanos ou moçambicanos — porque para mim estão próximos — em que os quadros culturais em termos literários escritos não são muito diferentes. Quanto ao caso dos brasileiros, as coisas são diferentes. Diferentes porque a continuidade aí é muito afirmada. Não precisamos de Camões, o culto do Camões é comum ao brasileiro, provavelmente até é mais cultuado lá, como uma espécie de resumo a tudo quanto devam, ou não devam, as raízes de onde eles saíram e que lhes oferece um passado que eles não tiveram, mas onde também estão incluídos. De uma forma ou de outra todos serão os Homeros de si próprios. ■



Mesquita de Porto Novo, no Benin. Um exemplo dos muitos patrimónios portugueses espalhados pelo mundo

sobre historiografia, Luís Filipe Oliveira sobre documentos, Sandra Xavier e Vera Marques Alves sobre etnografia e antropologia, Mirian Tavares sobre cinema, Ana Maria Mauad sobre fotografia, Luís Trindade sobre desenho, José Pessoa sobre arquitetura e Walter Rossa sobre urbanismo. A mediar as duas partes, uma entrevista com ensaísta Eduardo Lourenço de que publicamos, nestes páginas, um excerto.

Em todas as abordagens a questão chave, para Walter Rossa, é saber de quem são estes patrimónios. E a resposta, neste caso, também só pode ser plural. "Nenhum país pode reclamar uma posição hegemónica. E o património apenas cumpre a sua função se for reconhecido por todas as partes: por quem o construiu, quem o usufruiu e quem prolonga a sua memória. Só assim poderemos promover o diálogo e contribuir, no caso português ou lusófono, como em todo o mundo, para a construção da paz". ■



Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro
PATRIMÓNIOS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA: MODOS DE OLHAR
Imprensa da Universidade de Coimbra, 534 pp